

**Associações femininas e a inserção das mulheres na esfera pública:
o Centro Paranaense Feminino de Cultura (Curitiba, 1933-1958)**

Larissa Selhorst Seixas¹

Resumo: Nossa pesquisa tem a intenção de estudar uma associação de mulheres chamada Centro Paranaense Feminino de Cultura (ou CPFC), desde sua fundação em 1933 na cidade de Curitiba, capital do Paraná, até o fim da década de 1950, período este marcado pela organização do movimento feminista e a ascensão de políticas públicas de assistência social no Brasil, a que o CPFC estava duplamente ligado. O estudo das primeiras décadas desta associação permite vislumbrar os objetivos das fundadoras e suas transformações pelas gerações seguintes de mulheres que participaram do Centro. Combinando a defesa do direito das mulheres ao trabalho e à educação com ações de benemerência, o CPFC serve como um exemplo da ampla participação das mulheres na esfera pública no Brasil do começo do século XX, ampliando o debate que até então tem se centrado principalmente nos movimentos feministas organizados, desconsiderando outras formas de organização das mulheres.

Palavras-chave: Centro Paranaense Feminino de Cultura; associações de mulheres; mulheres no espaço público.

Abstract: Our research intends to study a women's association called Centro Paranaense Feminino de Cultura (or CPFC), since its foundation in 1933 in the city of Curitiba, capital of Paraná, until the late 1950's, a period when feminist movement was being organized as well as public policy of social assistance in Brazil, both of them being connected with the actions of CPFC. The study of the first decades of this association allows us to comprehend the goals of founders and its transformations for the following generations of women who participate in it. Combining the struggle for women's right to work and education with caritative actions, CPFC is an example of the broad women's participation in public sphere in the beginning of twentieth century in Brazil, extending the academic debate that have been concentrated specially in organized feminist movements, excluding another kinds of women's organization.

Keywords: Centro Paranaense Feminino de Cultura; women's association; women in public sphere.

Partindo das questões levantadas pela história das mulheres, nossa pesquisa, que ainda se encontra num estágio inicial, tem como objeto uma associação de mulheres chamada Centro Paranaense Feminino de Cultura (ou CPFC), fundada em 1933 na cidade de Curitiba, capital do Paraná. Nossa periodização abarca seus primeiros vinte e cinco anos de existência, de 1933 até 1958. Essa periodização se deve a diferentes razões: primeiramente, compreende

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná e bolsista do CNPq.

os primeiros vinte e cinco anos de existência do Centro, o que permite vislumbrar de maneira clara os objetivos das centristas fundadoras e as mudanças nesses objetivos com a geração seguinte de membros do CPFC. Um segundo motivo é que esses anos compreendem um período importante da história brasileira, por abarcarem os dois governos de Getúlio Vargas, figura essencial na conformação de um projeto governamental brasileiro sobre políticas públicas e de assistência social, que colocava a mulher como base da família e dos cuidados com a maternidade e a infância, às quais o Centro se vinculou. A primeira metade do século XX constituiu, de fato, um período de grandes transformações na compreensão dos papéis de gênero no Brasil, pois estes se tornaram um dos pilares da nova organização do Estado, como demonstrou a historiadora Susan K. Besse (BESSE, 1999).

Para Besse, a “questão da mulher” e a suposta “crise” da família constituíram tema central nos debates das autoridades intelectuais, políticas, religiosas e profissionais das décadas de 1910 até 1940. Sendo assim, esse período marca algumas mudanças fundamentais nos papéis femininos e nas expectativas com relação às mulheres, decorrentes da expansão da economia urbano-industrial, que trouxe uma série de melhorias e privilégios para as mulheres de classes urbanas média e alta.

Vemos, então, que o começo do século XX marcou uma inserção mais incisiva das mulheres nos espaços públicos, especialmente por meio do trabalho, do estudo e das organizações de mulheres, feministas ou não. Besse negligencia, porém, o grande número de mulheres que, através de associações como o Centro Paranaense Feminino de Cultura, onde não se colocavam como feministas, contribuíram decisivamente para uma maior participação feminina na produção cultural e nos campos da benemerência e da política no Brasil. Apesar de grande parte dessas associações manterem uma visão tradicional da feminilidade, em que a mulher era percebida como principal responsável pelos cuidados e pela educação dos membros da sociedade, bem como pelo lar e pela família, sua atuação ia muito além de tais concepções, pois era também marcada pela idéia de que as mulheres deveriam demonstrar sua utilidade enquanto cidadãs e sua responsabilidade para com os problemas e dificuldades peculiares à existência feminina.

Desde a emergência dos estudos de gênero e da história das mulheres, muito se tem falado sobre a participação feminina na esfera pública. Trabalhos como os de Branca Moreira Alves e, mais recentemente, de Susan K. Besse, têm enfatizado a participação das mulheres na política e no espaço público por meio do movimento feminista, ou seja, de uma militância organizada e com objetivos precisos de defesa dos direitos das mulheres, em especial o sufrágio feminino, grande força motriz do feminismo no Brasil nas primeiras décadas do

século XX. A partir deste ponto de vista, modos distintos de inserção das mulheres em campos tradicionalmente masculinos têm sido negligenciados, secundarizando espaços que também influenciaram na construção das identidades femininas no século XX.

Tanto no Brasil como em outras partes do mundo, as mulheres agiram diretamente sobre a realidade em que viviam através de ações de benemerência, associações culturais e, também, daquilo que ficou conhecido como “feminismo maternalista”. O próprio conceito de maternalismo é de extrema relevância para se compreender as discussões presentes nas sociedades do fim do século XIX e começo do século XX. Ele pode ser definido como uma ideologia de valorização da mulher pelo seu papel enquanto mãe, que perpassou diferentes sociedades onde houve o desenvolvimento de Estados de Bem-Estar Social ou, como no Brasil, do governo populista de Getúlio Vargas, onde foram realizadas diversas reformas de cunho social, entre elas a criação de programas públicos de assistência social.² O maternalismo pressupunha que a maternidade era intrínseca à natureza feminina, por isso a defesa dos direitos das mulheres se embasava em sua função maternal, em detrimento de sua valorização enquanto cidadã ou de uma concepção universalista de direitos.

Dentro dessa discussão, existe hoje um importante conjunto de historiadores, especialmente na Europa e Estados Unidos, que procuram desvendar as relações entre as associações de mulheres, principalmente as de caráter filantrópico, e o desenvolvimento dos Estados de Bem-Estar Social, a partir do final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX.³

No Brasil, as entidades filantrópicas comandadas por mulheres ainda constituem um objeto pouco pesquisado se comparado, por exemplo, com o movimento feminista brasileiro do mesmo período, que desde a década de 1970 até a atualidade, vem sendo amplamente estudado.⁴ Tais estudos, contudo, deixam uma lacuna quando se trata da atuação de mulheres

² No Brasil, a principal associação desse tipo foi a Legião Brasileira de Assistência Social, formada em 1942, pela então primeira-dama Darcy Vargas, e que se tornou um dos principais órgãos de assistência a famílias necessitadas.

³ Para citar alguns exemplos de trabalhos sobre esse assunto: DIEBOLT, Evelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n.º 2, maio-agosto/2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26884.pdf> (acesso em 05 mai. 2009); GORDON, Linda. Social Insurance and Public Assistance: The Influence of Gender in Welfare Thought in the United States, 1890-1935. **The American Historical Review**, v. 97, n.º 1, fev. 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2164538> (acesso em 30 abr. 2009); KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920. **The American Historical Review**, v. 95, n.º. 4, out. 1990, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2163479> (acesso em 30 abr. 2009).

⁴ Alguns desses trabalhos são: HAHNER, June E. **A mulher brasileira: suas lutas sociais e políticas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981; BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940**. São Paulo: EDUSP, 1999; SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do**

em movimentos que não se caracterizaram como feministas e que não tinham como objetivos diretos a emancipação ou a aquisição de direitos políticos para elas. O curioso é que, ao que podemos constatar, o número de mulheres trabalhando em associações filantrópicas ou a elas associadas foi consideravelmente maior e mais expressivo do que nos movimentos feministas organizados, como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada em 1922 por Bertha Lutz.

Como nos diz Mott, a maior parte da historiografia produzida no Brasil reconhece a importância da participação das mulheres das camadas média e alta em entidades filantrópicas como forma de acesso à esfera pública, mas ainda há uma atenção insuficiente ao tema. Em geral, essa participação feminina é vista como secundária e conservadora, e tais associações são percebidas “como uma forma das mulheres combaterem a existência tediosa e inútil, exercitarem os talentos e despenderem as energias ou como um subterfúgio para adquirirem responsabilidades fora do lar”(MOTT, 2001:201). Sendo assim, em nossa pesquisa tentamos compreender o lugar das associações femininas enquanto espaço de participação ativa das mulheres, e não meramente como lugar de reprodução do discurso dominante a respeito da feminilidade e da maternidade.

Como já foi mencionado, as participantes da associação que estudamos, o CPFC, não se definiam como feministas e não tinham, em seus discursos, uma posição combativa ou radical frente às sujeições a que as mulheres estavam submetidas. Elas se encaixavam muito mais num perfil de “reformadoras”, pois uma de suas intenções era promover ações para a melhoria da vida das mulheres e das crianças desfavorecidas, seguindo as idéias do maternalismo.

Falando um pouco da história dessa associação, o Centro Paranaense Feminino de Cultura foi fundado em 1933, por Rosy Pinheiro Lima, Deloé Scalco e Ilnah Secundino, reunindo naquela data 51 associadas. O Centro foi dividido em três departamentos, que circunscreviam os objetivos iniciais desta associação: departamento intelectual, departamento esportivo e departamento artístico. Segundo o breve histórico apresentado em seu *site*, “o Centro Paranaense Feminino de Cultura, a mais antiga instituição cultural independente de Curitiba, é uma idéia transformada em realidade por intelectuais corajosas”.⁵ Como um de seus principais objetivos, aparece a intenção de ser um centro irradiador de educação intelectual, artística e física, além de procurar intervir diretamente na sociedade em prol da

espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. IN: **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd: Campinas, Set/Out/Nov/Dez 2000, n.º 15.

⁵ Texto disponível em <http://www.centrofeminino.com.br/historia.html> (acesso em 17 jul. 2008).

mulher, da criança e da mãe. Para tanto, foi dada grande ênfase à questão da educação, num sentido amplo do termo, já que suas atividades englobavam desde o aprendizado dos cuidados do lar até a formação intelectual e profissional das mulheres. Assim, o CPFC investiu em ações nas mais diversas áreas, como na educação escolar (disponibilizando cursos de idiomas, história, literatura), na produção cultural (publicando livros, organizando palestras, exposições, concertos de música, etc.), na educação profissional (promovendo cursos de datilografia, corte e costura, etc.) e nas atividades de filantropia (principalmente com a criação do Posto de Puericultura, em 1948, que realizava um trabalho assistencial com mães e crianças das camadas mais baixas). Além disso, o Centro fazia contribuições também no campo político, realizando, em 1949, uma campanha para o alistamento de eleitores, homens e mulheres, no sentido de estimular a participação política por parte dos paranaenses.

Apesar de seu discurso ser, em sua essência, conservador, o fato de elas organizarem nas primeiras décadas do século XX uma associação de mulheres que tinha como uma de suas principais intenções evidenciar a produção cultural feminina, ao mesmo tempo em que pretendia preparar as mulheres para enfrentar o mundo e viver por si próprias, mostra que as centristas eram mulheres capazes de fazer uma reflexão crítica a respeito da situação feminina. Apesar de suas limitações, elas acreditavam com veemência que as competências e habilidades femininas, se não eram iguais às dos homens, eram ao menos equivalentes e mereciam respeito e consideração.

Algumas interpretações, tais como a da historiadora Rachel Soihet, afirmam que os movimentos de mulheres do começo do século XX empregavam “táticas que lhes permitiam reempregar os signos da dominação, marcando uma resistência” (SOIHET, 2000: 97-117). Esta autora faz uma construtiva crítica a algumas historiadoras que trabalham com o tema, tais como as brasilianistas Susan K. Besse e June E. Hahner, que censuraram as feministas do começo do século XX por aceitarem os valores e normas da sociedade capitalista burguesa, evitando assumir posições mais radicais de contestação aos homens. Concordamos com Soihet quando ela nos diz que análises como as de Besse e a de Hahner são marcadas pelo anacronismo, por exigir de mulheres de épocas anteriores demandas que só estariam presentes no feminismo da “segunda onda”, a partir do final dos anos 1960. Contudo, divergimos quando Soihet diz que aquelas mulheres empregaram estratégias racionais com o objetivo de subverter as relações de dominação. Embora seja evidente que as feministas e outros grupos de mulheres intelectualizadas pudessem, mesmo antes do século XX, refletir sobre sua situação e sobre os preconceitos que elas vivenciavam, inclusive fazendo críticas à submissão feminina, torna-se complicado adotar, com Soihet, a perspectiva de que havia aquelas que

defendiam uma visão tradicional a respeito dos papéis e das capacidades das mulheres como uma estratégia racional e calculada, que buscava a “instrumentalização [das imagens de submissão alienante] com vistas a ampliar seu espaço de atuação, o que acreditavam inviável de outra forma” (SOIHET, 2000:106).

Talvez Bertha Lutz, feminista na vanguarda da militância do começo do século XX, pudesse construir uma crítica efetiva aos papéis tradicionais de esposa e mãe como únicas formas de realização feminina, como demonstra Soihet em suas pesquisas. Entretanto, outros grupos, como o próprio Centro Paranaense Feminino de Cultura, ainda que apresentassem em seu programa objetivos amplos no que se refere à formação intelectual e à contribuição feminina para diversos problemas sociais, partilhavam de valores que não poderiam diferir radicalmente do pensamento hegemônico de sua época. É necessário, neste sentido, contextualizar e entender as especificidades das mulheres que participavam ativamente na esfera pública do começo do século XX, sem querer imputar-lhes objetivos e modos de pensar que são próprios de um período mais recente.

Tencionamos enfatizar, portanto, que não foi somente através do movimento feminista e da luta pelo direito ao voto que as mulheres desse período participaram da esfera pública. Procuramos, com nossa pesquisa, amenizar o pouco interesse demonstrado até o momento a respeito das associações de mulheres que centraram seus debates e ações em outros campos, como os direitos das mães e crianças, das trabalhadoras, o trabalho das artistas e escritoras, bem como aquelas mulheres que atuaram em entidades filantrópicas e de caridade, por muito tempo vistas como conservadoras, por reiterarem os papéis tradicionalmente femininos.

É importante destacar que, embora o CPFC fosse uma associação de caráter moderado, muitas das mulheres que dele participavam mostravam, individualmente, idéias que não podem ser consideradas tradicionais. A título de exemplo, citamos o fato de que uma das fundadoras do CPFC, Rosy Pinheiro Lima, tornou-se a primeira deputada paranaense da história do Estado, em 1947. Isto mostra que algumas destas mulheres estavam muito distantes da idéia de uma feminilidade restritiva e doméstica, adentrando espaços tipicamente masculinos como a política.

Nosso estudo do Centro Paranaense Feminino de Cultura tem a intenção de contribuir para um debate mais amplo sobre a construção das identidades femininas e de papéis sociais das mulheres no começo do século XX. Queremos também compreender de que modo se dava a participação das mulheres fora do espaço doméstico, bem como a organização e o lugar das associações femininas na luta pela inserção das mulheres no espaço público.

As fontes disponíveis para esse estudo, compostas por cartas, discursos, atas, comunicados, recortes de jornais, livros de contabilidade e históricos organizados pelas centristas, trazem um rico conjunto de informações a respeito do CPFC. Graças a sua organização e disponibilidade, já que o CPFC é aberto ao público e possui uma biblioteca e arquivos onde se encontra essa documentação, nossa pesquisa, ainda em seus estágios iniciais, pretende fazer uma contribuição ao corpo de estudos da história dos movimentos de mulheres no Brasil do começo do século XX, ao construir o passado desta importante associação que foi e ainda é o Centro Paranaense Feminino de Cultura. Com diversificados e amplos objetivos, o Centro marcou a sociedade curitibana no começo do século XX e, até hoje, continua desempenhando um importante papel no sentido de divulgar a cultura na cidade de Curitiba, organizando recitais, palestras, mostras de filmes e cursos voltados para as mulheres, mesmo já tendo se passado mais de 75 anos desde sua fundação.

Referências bibliográficas

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Pela efetivação dos direitos das mulheres: associações femininas no Recife nos anos 50. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, v. 14, n.º 17, 2007. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1216/0> (acesso em 05 mai. 2009).
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980.
- BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: EDUSP, 1999.
- CORREIA, Marly Garcia. **Histórico**: Centro Paranaense Feminino de Cultura, 1933-1964 (Vol. 1). Texto não publicado. Curitiba, 2002.
- COSTA, Sueli Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n.º 2, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000200003&lng=pt&nrm=iso (acesso em 20 jul. 2008)
- CURRAN, Laura. Social work's revised maternalism: mothers, workers, and welfare in early cold war America, 1946-1963. **Journal of Women's History**, v. 17, n.º 1, primavera de 2005. Disponível em: http://muse.jhu.edu/demo/journal_of_womens_history/v017/17.1curran.html (acesso em 05 mai. 2009).
- DIEBOLT, Evelyne. História do trabalho social: nascimento e expansão do setor associativo sanitário e social (França: 1901–2001). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n.º 2, maio-agosto/2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26884.pdf> (acesso em 05 mai. 2009).
- GORDON, Linda. Social Insurance and Public Assistance: The Influence of Gender in Welfare Thought in the United States, 1890-1935. **The American Historical Review**, v. 97, n.º 1, fev. 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2164538> (acesso em 30 abr. 2009)
- HAHNER, June E. **A mulher brasileira**: suas lutas sociais e políticas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

KOVEN, Seth & MICHEL, Sonya. Womanly Duties: Maternalist Politics and the Origins of Welfare States in France, Germany, Great Britain, and the United States, 1880-1920 **The American Historical Review**, v. 95, n.º. 4, out. 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2163479> (acesso em 30 abr. 2009).

LARSEN, Eirinn. **Gender and the welfare state**. Maternalism – a new historical concept? Disponível em <http://www.hist.uib.no/hovudfag/eirinn/eirinn.html> (acesso em 20 jul. 2008).

LINO, Sonia Cristina da Fonseca M. **As idéias feministas no Brasil (1918-1932)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 1986.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Políticas da Maternidade**: uma introdução à história comparada de gênero e políticas públicas. Relatório de estágio de pós-doutorado apresentado ao CNPq, 2004.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. IN: **Cadernos Pagu**. Trajetórias do gênero, masculinidades... . Campinas, nº 11, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.

MOTT, Maria Lucia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu**, n. 16, 2001. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a10.pdf (acesso em 03 mai. 2009).

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989. Disponível *online* em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf> (acesso em 02 ago. 2008).

RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. **Proteger as mães para salvar os infantes**: o maternalismo e as práticas de benemerência em Curitiba entre as décadas de 1930 e 1960. Relatório final de Pesquisa de Iniciação Científica – Fundação Araucária. Curitiba, agosto de 2004.

RONCAGLIO, Cynthia. **Pedidos e recusas**: mulheres, espaço público e cidadania (Curitiba, 1890-1934). Dissertação de Mestrado, UFPR, 1994.

_____. História das Mulheres. IN: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: Novas Perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. IN: **Revista Brasileira de Educação**. ANPED: Campinas, Set/Out/Nov/Dez 2000, n.º 15.

THÉBAUD, Françoise (dir.). **História das Mulheres**. O Século XX (Volume 5). Porto: Edições Afrontamento, 1995.

TRINDADE, Etelvina M^a de C. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.